

CONSELHO DE ARQUITETURA E
URBANISMO DO MARANHÃO - CAU/MA

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO MARANHÃO - CAU/MA

Demonstrações contábeis

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balanço patrimonial

Balanço financeiro

Balanço orçamentário

Demonstração das variações patrimoniais

Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao
Conselho Federal e ao Conselho Diretor
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Maranhão - CAU/MA
São Luís - MA

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Maranhão - CAU/MA ("Entidade" ou "Conselho"), que compreendem os balanços patrimonial, financeiro e orçamentário em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações das variações patrimoniais e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial, orçamentária e financeira do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Maranhão - CAU/MA em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 2.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Base de elaboração e limitação de circulação

Chamamos a atenção para as Notas Explicativas nºs 2.1 e 3.2.1, que informa que o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) publicou, em 4 de outubro de 2016, a Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBC TSP), que normatiza os aspectos relacionados à estrutura conceitual básica para elaboração e divulgação de informação contábil de propósito geral pelas Entidades do Setor Público. Ademais, a Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional STN nº 539/2015, anexo único, determinou prazos de atendimento aos referidos normativos, traçando um cronograma para que, até 2021, todas as normas estejam convergidas. Atualmente o sistema CAU encontra-se em processo de implementação dos referidos normativos contábeis. Nesse sentido, o presente relatório pode não servir para outras finalidades e, portanto, sua distribuição deve ser limitada às partes familiarizadas com seus objetivos e sua base de elaboração. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 2, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente, se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;


- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações de auditoria, inclusive as eventuais deficiências nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 13 de abril de 2020.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 DF 002567/F



Fabiano de Oliveira Barbosa
Contador CRC DF 015827/O-3 - S - MA

CAU - MA

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO MARANHÃO

CNPJ: 14.968.163/0001-77

Período: 01/01/2019 a 31/12/2019

Balço Patrimonial

Período Anterior: 01/01/2018 à 31/12/2018

ATIVO			PASSIVO		
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	341.567,99	461.418,51	PASSIVO CIRCULANTE	103.801,58	91.158,74
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	48.589,91	26.814,58	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	91.044,19	0,00
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	290.450,42	431.516,39	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	0,00	0,00
PROFISSIONAIS E EMPRESAS	391.123,66	346.875,04	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	1.651,15	8.773,48
PROFISSIONAIS E EMPRESAS	662.276,80	750.339,48	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	96,28	92,95
(-) PROVISÕES DE CRÉDITOS A CURTO PRAZO	762.950,04	665.698,13	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	167,16	167,16
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	2.527,66	3.087,54	PROVISÕES A CURTO PRAZO	0,00	71.583,75
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	0,00	0,00	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	10.842,80	10.541,40
ESTOQUES	0,00	0,00		0,00	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	0,00	0,00		0,00	0,00
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	459.341,03	233.360,35	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	0,00	0,00
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	249.425,04	0,00	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	0,00	0,00
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	249.425,04	0,00	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	0,00	0,00
Decorrente de anuidades	249.425,04	0,00	FORNECEDORES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	0,00	0,00
IMOBILIZADO	209.915,99	233.360,35	PROVISÕES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
BENS MÓVEIS	186.737,15	186.737,15	RESULTADO DIFERIDO	0,00	0,00
BENS IMÓVEIS	180.000,00	180.000,00		0,00	0,00
(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	156.821,16	133.376,80		0,00	0,00
INTANGÍVEL	0,00	0,00		0,00	0,00
			TOTAL DO PASSIVO	103.801,58	91.158,74

			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
			Patrimônio Social e Capital Social	0,00	0,00
			Ajuste de avaliação Patrimonial	0,00	0,00
			Demais Reservas	0,00	0,00
			Resultados Acumulados	697.107,44	603.620,12
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	697.107,44	603.620,12
TOTAL	800.909,02	694.778,86	TOTAL	800.909,02	694.778,86
ATIVO FINANCEIRO	48.589,91	26.814,58	PASSIVO FINANCEIRO	103.801,58	91.158,74
ATIVO PERMANENTE	752.319,11	667.964,28	PASSIVO PERMANENTE	0,00	0,00
SALDO PATRIMONIAL				697.107,44	603.620,12

Compensações

ESPECIFICAÇÃO	Exercício	Exercício	ESPECIFICAÇÃO	Exercício	Exercício
Saldo do Atos Potenciais Ativos	Atual	Anterior	Saldo do Atos Potenciais Passivos	Atual	Anterior
Execução de Garantias e Contragarantias Recebidas	0,00	0,00	Execução de Garantias e Contragarantias Concedidas	0,00	0,00
Execução de Direitos Conveniados	0,00	0,00	Execução de Obrigações Conveniadas	0,00	0,00
Execução de Direitos Contratuais	0,00	0,00	Execução de Obrigações Contratuais	182.879,73	43.728,60
Execução de Outros Atos Potenciais do Ativo	0,00	0,00	Execução de Outros Atos Potenciais do Passivo	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	TOTAL	182.879,73D	43.728,60D

Quadro do Superávit/Déficit Financeiro

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Déficit Financeiro	-55.211,67	-64.344,16

CAU - MA

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO MARANHÃO

CNPJ: 14.968.163/0001-77

Período: 01/01/2019 a 31/12/2019

Balanco Financeiro

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária	1.186.692,21	1.136.570,36	Despesa Orçamentária	1.158.159,16	1.109.493,97
RECEITA REALIZADA	1.186.692,21	1.136.570,36	CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO	1.483,83	8.606,16
RECEITA CORRENTE	1.186.692,21	1.136.570,36	CREDITO EMPENHADO - PAGO	1.156.675,33	1.100.887,81
RECEITAS DE CONTRIBUICOES	495.087,68	384.324,73	DESPESA CORRENTE	1.156.675,33	1.100.887,81
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	495.087,68	384.324,73	PESSOAL	665.276,36	642.971,07
ANUIDADES	495.087,68	384.324,73	MATERIAL DE CONSUMO	12.059,97	14.999,04
RECEITA DE SERVIÇOS	393.355,08	354.168,25	SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	94.658,35	66.026,20
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	6.326,99	4.023,63	SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	293.001,28	274.609,26
EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	387.028,09	350.144,62	ENCARGOS DIVERSOS	18.888,07	15.120,52
FINANCEIRAS	60.612,65	40.762,62	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	72.791,30	87.161,72
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	29.659,24	16.446,51			
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	30.953,41	24.316,11			
MULTAS SOBRE ANUIDADES	26.257,44	20.691,78			
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	4.695,97	3.624,33			
TRANSFERENCIAS CORRENTES	229.096,96	350.027,60			
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	8.539,84	7.287,16			
MULTAS DE INFRAÇÕES	375,98	1.259,71			
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	8.163,86	6.027,45			

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Transferências Financeiras Recebidas			Transferências Financeiras Concedidas		
Recebimentos Extraorçamentários	114.223,19	193.828,84	Pagamentos Extraorçamentários	120.980,91	218.004,48
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados			Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		2.980,07
Inscrição de Restos a Pagar Processados	1.483,83	8.606,16	Pagamentos de Restos a Pagar Processados	8.606,16	19.251,76
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	66.034,56	71.385,96	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	65.733,16	81.990,71
Outros Recebimentos Extraorçamentários	46.704,80	113.836,72	Outros Pagamentos Extraorçamentários	46.641,59	113.781,94
Saldo em espécie do Exercício Anterior	26.814,58	23.913,83	Saldo em espécie para o Exercício Seguinte	48.589,91	26.814,58
Caixa e Equivalente de Caixa	26.814,58	23.913,83	Caixa e Equivalente de Caixa	48.589,91	26.814,58
Depósitos. Rest. Vlr Vinculados			Depósitos. Rest. Vlr Vinculados		
Total:	1.327.729,98	1.354.313,03		1.327.729,98	1.354.313,03

CAU - MA

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO MARANHÃO

CNPJ: 14.968.163/0001-77

Período: 01/01/2019 a 31/12/2019

Balanco Orçamentário

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITA CORRENTE	1.210.860,00	1.205.491,00	1.186.692,21	-18.798,79
RECEITAS DE CONTRIBUIÇOES	557.976,00	530.996,00	495.087,68	-35.908,32
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	557.976,00	530.996,00	495.087,68	-35.908,32
ANUIDADES	557.976,00	530.996,00	495.087,68	-35.908,32
RECEITA DE SERVIÇOS	389.958,00	404.661,00	393.355,08	-11.305,92
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	5.599,00	7.614,00	6.326,99	-1.287,01
EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	384.359,00	397.047,00	387.028,09	-10.018,91
FINANCEIRAS	36.867,00	40.283,00	60.612,65	20.329,65
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	16.180,00	20.386,00	29.659,24	9.273,24
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	20.687,00	19.897,00	30.953,41	11.056,41
MULTAS SOBRE ANUIDADES	18.187,00	17.397,00	26.257,44	8.860,44
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	2.500,00	2.500,00	4.695,97	2.195,97
TRANSFERENCIAS CORRENTES	223.052,00	223.052,00	229.096,96	6.044,96
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	3.007,00	6.499,00	8.539,84	2.040,84
MULTAS DE INFRAÇÕES	0,00	244,00	375,98	131,98
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	3.007,00	6.255,00	8.163,86	1.908,86
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00
SUB-TOTAL DAS RECEITAS	1.210.860,00	1.205.491,00	1.186.692,21	-18.798,79
DÉFICIT	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS			PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
TOTAL			1.210.860,00	1.205.491,00	1.186.692,21	-18.798,79
DESpesas ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESpesas EMPENHADAS	DESpesas LIQUIDADAS	DESpesas PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
DESPEZA CORRENTE	1.179.755,94	1.204.323,29	1.158.159,16	1.158.159,16	1.156.675,33	46.164,13
PESSOAL	629.229,35	676.345,15	665.276,36	665.276,36	665.276,36	11.068,79
PESSOAL E ENCARGOS	619.509,35	666.625,15	655.556,36	655.556,36	655.556,36	11.068,79
DIÁRIAS	9.720,00	9.720,00	9.720,00	9.720,00	9.720,00	0,00
MATERIAL DE CONSUMO	12.000,00	18.010,00	12.059,97	12.059,97	12.059,97	5.950,03
MATERIAL DE CONSUMO	12.000,00	18.010,00	12.059,97	12.059,97	12.059,97	5.950,03
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	95.839,20	99.122,62	94.658,35	94.658,35	94.658,35	4.464,27
REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS	26.160,00	22.954,00	21.956,00	21.956,00	21.956,00	998,00
DIÁRIAS	69.679,20	76.168,62	72.702,35	72.702,35	72.702,35	3.466,27
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	349.226,39	319.119,20	294.485,11	294.485,11	293.001,28	24.634,09
SERVIÇOS DE CONSULTORIA	90.000,00	90.000,00	90.000,00	90.000,00	90.000,00	0,00
SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO	26.130,00	24.522,00	24.513,96	24.513,96	24.513,96	8,04
SERVIÇOS PRESTADOS	201.836,39	174.487,20	156.122,35	156.122,35	154.638,52	18.364,85
PASSAGENS	31.260,00	30.110,00	23.848,80	23.848,80	23.848,80	6.261,20
ENCARGOS DIVERSOS	17.400,00	18.934,02	18.888,07	18.888,07	18.888,07	45,95
ENCARGOS DIVERSOS	17.400,00	18.934,02	18.888,07	18.888,07	18.888,07	45,95
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	76.061,00	72.792,30	72.791,30	72.791,30	72.791,30	1,00
FUNDO DE APOIO AO CAU-UF	76.061,00	72.792,30	72.791,30	72.791,30	72.791,30	1,00
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA DE CAPITAL	8.473,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	8.473,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	8.473,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DOTAÇÃO ADICIONAL POR FONTE	22.630,70	1.167,71	0,00	0,00	0,00	1.167,71
SUB-TOTAL DAS DESPESAS	1.210.859,64	1.205.491,00	1.158.159,16	1.158.159,16	1.156.675,33	47.331,84

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
SUPERÁVIT	0,36	0,00	28.533,05	0,00	0,00	-28.533,05
TOTAL	1.210.860,00	1.205.491,00	1.186.692,21	1.158.159,16	1.156.675,33	18.798,79

Variações Patrimoniais

VARIACIONES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS					
	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	1.392.123,19	1.488.484,70	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	1.298.635,87	1.174.030,47
CONTRIBUIÇÕES	720.899,36	632.903,43	PESSOAL E ENCARGOS	675.016,80	643.937,90
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	720.899,36	632.903,43	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL	670.073,20	643.023,18
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	720.899,36	632.903,43	REMUNERAÇÃO A PESSOAL - RPPS	670.073,20	643.023,18
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	393.355,08	354.168,25	BENEFÍCIOS A PESSOAL	4.943,60	914,72
EXPLORAÇÃO DE BENS DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	393.355,08	354.168,25	BENEFÍCIOS A PESSOAL - RPPS	4.943,60	914,72
VALOR BRUTO DE EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	393.355,08	354.168,25	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	453.575,86	442.880,90
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	40.411,95	40.762,62	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	12.059,97	14.999,04
JUROS E ENCARGOS DE MORA	18.121,36	16.446,51	CONSUMO DE MATERIAL	12.059,97	14.999,04
JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE FORNECIMENTOS DE BENS E SERVIÇOS	18.121,36	16.446,51	SERVIÇOS	418.071,53	402.007,46
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS	22.290,59	24.316,11	DIARIAS	82.422,35	95.517,40
MULTAS SOBRE ANUIDADES	22.290,59	24.316,11	SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOAS FÍSICAS	45.804,80	41.806,83
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	237.080,82	352.477,16	SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOAS JURÍDICAS	289.844,38	264.683,23
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	229.096,96	350.027,60	DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	23.444,36	25.874,40
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	229.096,96	350.027,60	DEPRECIACAO	23.444,36	25.874,40
TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUICOES PRIVADAS	6.363,86	2.449,56	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	72.791,30	87.161,72
TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUICOES PRIVADAS	6.363,86	2.449,56	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	72.791,30	87.161,72
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FISICAS	1.620,00	0,00	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	72.791,30	87.161,72
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FISICAS	1.620,00	0,00	DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS	97.251,91	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	375,98	108.173,24	REDUÇÃO A VALOR RECUPERAVEL E AJUSTE PARA PERDAS	97.251,91	0,00
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	375,98	108.173,24	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA COM PROVISÃO PARA PERDAS DE CREDITOS	97.251,91	0,00
MULTAS ADMINISTRATIVAS	375,98	1.259,71	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	49,95
INDENIZAÇÕES	0,00	3.577,89	DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	49,95
REVERSÃO DE PROVISÕES	0,00	103.335,64	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	0,00	49,95
Total das Variações Ativas :	1.392.123,19	1.488.484,70	Total das Variações Passivas :	1.298.635,87	1.174.030,47

RESULTADO PATRIMONIAL					
Déficit do Exercício			Superávit do Exercício	93.487,32	314.454,23
Total	1.392.123,19	1.488.484,70	Total	1.392.123,19	1.488.484,70

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		
INGRESSOS		
RECEITA CORRENTE	1.186.692,21	1.136.570,36
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	495.087,68	384.324,73
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	495.087,68	384.324,73
ANUIDADES	495.087,68	384.324,73
RECEITA DE SERVIÇOS	393.355,08	354.168,25
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	6.326,99	4.023,63
EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	387.028,09	350.144,62
FINANCEIRAS	60.612,65	40.762,62
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	29.659,24	16.446,51
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	30.953,41	24.316,11
MULTAS SOBRE ANUIDADES	26.257,44	20.691,78
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	4.695,97	3.624,33
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	229.096,96	350.027,60
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	8.539,84	7.287,16
MULTAS DE INFRAÇÕES	375,98	1.259,71
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	8.163,86	6.027,45
OUTROS INGRESSOS	112.739,36	185.222,68
DESEMBOLSOS		
DESPESA CORRENTE	1.156.675,33	1.100.887,81
PESSOAL	665.276,36	642.971,07
MATERIAL DE CONSUMO	12.059,97	14.999,04
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	94.658,35	66.026,20
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	293.001,28	274.609,26
ENCARGOS DIVERSOS	18.888,07	15.120,52
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	72.791,30	87.161,72
OUTROS DESEMBOLSOS	120.980,91	218.004,48
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	21.775,33	2.900,75
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
INGRESSOS		
DESEMBOLSOS		
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
INGRESSOS		
DESEMBOLSOS		
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	0,00	0,00
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO		
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	21.775,33	2.900,75
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	26.814,58	23.913,83
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL	48.589,91	26.814,58

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em Reais)

1. Informações Gerais

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Maranhão - CAU/MA, criado pela Lei nº 12.378/2010 tem como principais atividades orientar e fiscalizar o exercício da profissão do arquiteto e urbanista.

Dotado de personalidade jurídica, encontra-se vinculado à Administração Indireta e funciona como Autarquia Federal Especial, tendo sua estrutura e organização estabelecidas em seu Regimento Interno. A Entidade goza de isenção tributária, com base na Constituição da República Federativa do Brasil - CRFB de 1988 art. 150 Inciso VI.

O Conselho está localizado na Rua dos Abacateiros, nº 28, Quadra 04, São Francisco, CEP: 65.076-010, São Luis - MA.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

2.1. Base de preparação

As Demonstrações Contábeis estão fundamentadas na Lei nº 4.320/64 e em consonância com o Manual de Contabilidade aplicado ao Setor Público, aprovada pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 06/18, e Portaria STN nº 877 de 18/12/2018, 8ª edição, e Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao setor público conforme NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL, NBC TSP 07, NBC TSP 11 e NBC TSP 16.

2.2. Base de Mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens:

- Provisões para férias de empregados/funcionários;
- Depreciações e amortizações do ativo imobilizado e intangível.
- Provisões para contingências, sempre que constituídas; e
- Provisão para devedores duvidosos, sempre que constituída.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da entidade.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a estimativas e premissas incluem, principalmente, o cálculo das depreciações sobre o ativo imobilizado (Nota 3.4), a estimativa para perdas em função do risco de crédito de contribuintes (Nota 3.2.1) e a provisão para riscos trabalhistas e cíveis (Nota 3.8). Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua realização ou liquidação.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em Reais)

3. Políticas Contábeis

Dentre as principais práticas adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis, aplicadas de forma uniforme com o exercício anterior, exceto no que tange às provisões para devedores duvidosos (subitens 3.2.1 e 3.2.2), ressaltam-se:

3.1. Caixa e equivalente de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.2. Créditos de anuidades

Os créditos de anuidades relativas ao exercício do balanço são reconhecidos ao início do exercício em conta específica, pelo valor estimado em proposta orçamentária referente à previsão de receitas dos profissionais e empresas ativos no banco de dados do CAU/BR. Após o encerramento do exercício, o saldo não recebido é transferido para outra conta do ativo, representando créditos de anuidades de exercícios anteriores.

3.2.1 Ajuste para Perdas de Devedores Duvidosos

- a) Implantação de política contábil em 2017 - Em atendimento aos prazos normativos de implantação emanados pela Secretaria do Tesouro Nacional, por meio da Portaria STN nº 539/2015, anexo único (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PIPCP), e pelo Conselho Federal de Contabilidade, mediante a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23/09/2016 (Mensuração de Ativos e Passivos nas Demonstrações Contábeis), o CAU/MA procedeu ao registro contábil de Ajuste para Perdas de Devedores Duvidosos ao encerramento do exercício de 2017.
- b) Base de mensuração - Média aritmética ponderada dos percentuais de recebimento de anuidades de pessoas físicas e jurídicas nos últimos três exercícios ao deste balanço, aplicada sobre o estoque acumulado de créditos oriundos de anuidades não recebidas relativas aos exercícios de 2012 (ano de início das atividades do Conselho) a 2018.
- c) Julgamento pela aplicação - Tratando-se de implantação de política, decidiu-se aplicar critério proposto pelo CAU/BR por meio da Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017, plausível à realidade do CAU/MA, considerando-se o princípio contábil do conservadorismo ou prudência ao tempo em que se utiliza o comportamento histórico de recebimentos em detrimento de estimativas de recebimentos em ações de cobrança.

3.3 Estoques

Os estoques são registrados ao custo de aquisição, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. Os estoques estão representados exclusivamente pelo almoxarifado de materiais de uso e consumo em expediente.

3.4. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por "impairment", quando aplicável.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em Reais)

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Entidade.

O CAU/MA segue integralmente a Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017 expedida pelo CAU/BR, quanto aos procedimentos na aquisição, baixa e na depreciação/amortização dos seus bens patrimoniais.

A depreciação é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada, como segue:

	Anos	Valor residual
Móveis e utensílios	10	10%
Veículos	5	10%
Máquinas e equipamentos	5	10%
Equipamentos de processamento de dados	5	10%
Biblioteca	0	0%
Obras de arte	0	0%
Utensílios de copa e cozinha	5	10%
Sistemas de processamento de dados	10	10%
Instalações	10	10%

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas em alienações, sempre que aplicável, são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na execução orçamentária.

3.5. Provisões para perdas por impairment em ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso.

3.6. Outros ativos e passivos

Outros ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos. Quando requerido, os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

Outros passivos são demonstrados pelo valor de realização e compreendem as obrigações com terceiros resultantes de operações. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

3.7. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das atividades, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em Reais)

Elas são reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.8. Provisões para riscos cíveis e trabalhistas

Reconhecidas quando a Entidade possui uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Entidade. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 13.

Implantação de política contábil em 2017 - Em atendimento aos prazos normativos de implantação emanados pela Secretaria do Tesouro Nacional, por meio da Portaria STN nº 539/2015, anexo único (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PIPCP), e pelo Conselho Federal de Contabilidade, mediante a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23/09/2016 (Mensuração de Ativos e Passivos nas Demonstrações Contábeis), o CAU/MA procedeu ao registro contábil de Provisões para Contingências Cíveis e Trabalhistas ao encerramento do exercício de 2017.

Base de mensuração - O CAU/MA adota a Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017 expedida pelo CAU/BR, em consonância com as instruções contidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

As contingências que compõem o passivo circulante e/ou passivo não circulante, se aplicável, observa os critérios do estudo de possibilidade de perdas cuja elaboração é de responsabilidade da Assessoria Jurídica do Conselho.

As ações judiciais trabalhistas ou cíveis com estimativa de valor confiável e que apresentam uma situação de saída de recurso provável são tratadas como provisão no passivo circulante e/ou passivo não circulante. As ações que não possuem estimativa confiável ou que não demonstram probabilidade de saída de recursos são tratadas como passivos contingentes, integrando as notas explicativas às demonstrações contábeis.

3.9. Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial, estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da Entidade.

A classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em "circulante" e "não circulante", com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade.

3.10. Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em Reais)

O Balanço Orçamentário é estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.

3.11. Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

3.12. Demonstração das variações patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as variações verificadas no patrimônio e indica o resultado patrimonial do exercício.

As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido.

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações quantitativas aumentativas e diminutivas.

3.13. Demonstração do fluxo de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços.

4. Gestão de Risco Financeiro

4.1. Considerações gerais e políticas

As operações financeiras da Entidade são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia previamente aprovada pela alta governança.

As estratégias de gerenciamento de riscos da Entidade e os efeitos nas demonstrações financeiras podem ser resumidos como segue:

- a) Risco de Crédito: O risco de crédito decorre da possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo devedor ou contraparte de suas obrigações financeiras nos termos pactuados. Essa exposição está relevantemente associada às aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme Nota Explicativa nº 5, bem como aos valores a receber (anuidades), descritos na Nota Explicativa nº 6.

O entendimento da Administração é de que o risco de crédito está substancialmente mitigado:

i) com relação às aplicações financeiras, os recursos estão preponderantemente aplicados em instituições financeiras de primeira linha, cujos prazos de vencimento são de curto prazo; e

ii) com relação ao contas a receber os valores estão anuidades a receber dos profissionais arquitetos e urbanistas, sendo que para o exercício da profissão as anuidades precisam estar adimplentes.

Adicionalmente, não há nenhum indicativo de redução ao valor recuperável desses ativos.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em Reais)

- b) Risco de mercado: O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da mudança nos preços de mercado de instrumentos financeiros e compreende os riscos de flutuação da moeda, de taxa de juros e de preços. Essa exposição está relevantemente associada às taxas pactuadas com instituições financeiras das aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme apresentada na Nota Explicativa nº 4. O entendimento da Administração é de que o risco de taxa de juros está substancialmente mitigado considerando a aplicação em produtos de renda fixa com taxas atreladas à variação do DI, com insignificante margem de alteração.
- c) Risco de liquidez: O risco de liquidez está associado à eventual falta de recursos para honrar os compromissos assumidos, em função do descasamento entre ativos e passivos. A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração da Entidade por meio do departamento financeiro.

A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Entidade para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2019	2018
Banco conta movimento	25.658	15.637
Aplicações financeiras	22.932	11.177
	<u>48.590</u>	<u>26.815</u>

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos de renda fixa emitidos e comprometidos pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita no resultado corrente.

6. Créditos de curto prazo

	2019	2018
Créditos de anuidades do exercício	391.124	346.875
Créditos de anuidades de exercícios anteriores	662.277	750.339
(-) Provisão para devedores duvidosos	(762.950)	(665.698)
	<u>290.450</u>	<u>431.516</u>

A Entidade registra a provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, após análise individualizada.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em Reais)

Os créditos de curto prazo, apresentados na tabela acima mostra uma elevação significativa em relação ao exercício anterior, isso se deve ao aumento de parcelamentos e a quantidade de novos profissionais e a reversão de provisão para devedores duvidosos que houve após nova análise no quadro hoje existente.

7. Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

	2019	2018
IRRF s/ Aluguel a Compensar	104	104
Vale Transporte	(117)	(57)
Devedores Diversos	598	598
Banco do Brasil	1943	1943
	<u>2528</u>	<u>3088</u>

Os créditos acima, referem-se as contas transitórias com compensação nos meses subsequentes, são contas de adiantamento.

8. Créditos a Longo Prazo

	2019	2018
Créditos de anuidades em Dívida Ativa Administrativa	249.425	-
	<u>249.425</u>	<u>-</u>

9. Imobilizado

A Entidade acompanha anualmente as vidas úteis dos ativos imobilizados e não foram identificadas diferenças significativas durante o ano.

	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	
			2019	2018
Móveis e utensílios	58.416	(35.575)	22.841	28.098
Máquinas e equipamentos	11.323	(10.022)	1.301	1.301
Utensílios e copa e cozinha	749	(663)	86	86
Veículos	76.000	(51.300)	24.700	33.250
Equipamentos de Processamento de dados	40.249	(36.222)	4.027	6.752
Total	<u>186.737</u>	<u>(133.782)</u>	<u>52.955</u>	<u>69.487</u>

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em Reais)

A seguir apresentamos a movimentação do ativo imobilizado:

Movimentação do ativo imobilizado:

	31.12.2018	Adições	Baixas	Depreciação	31.12.2019
Sala	163.872	-	-	(6.912)	156.960
Móveis e utensílios	28.099	-	-	(5.258)	22.841
Máquinas e equipamentos	1.301	-	-	-	1.301
Utensílios de cozinha	86	-	-	-	86
Veículos	33.250	-	-	(8.550)	24.700
Equipamentos de Processamento de dados	6.752	-	-	(2.724)	4.028
Total	233.360	-	-	(23.444)	209.916

10. Fornecedores a pagar

	2019	2018
Prestação de serviço	1.651	8.773
	1.651	8.773

11. Provisões a Curto Prazo

Descrição	2019	2018
Férias	73.546	-
INSS	10.017	-
FGTS	6.738	-
PIS/PASEP	743	-
Total	91.044	-

Provisões de férias e encargos acumulados no exercício para pagamento e baixa em exercícios seguintes.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em Reais)

12. Obrigações Fiscais a Curto Prazo

Descrição	<u>2019</u>	<u>2018</u>
COSIRF	96	93
Total	<u>96</u>	<u>93</u>

13. Obrigações de Repartição a Outros Entes

Descrição	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Obrigações de Repartição a Outros Entes	167	167
Total	<u>167</u>	<u>167</u>

14. Provisões a Curto Prazo

Descrição	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Provisões a Curto Prazo	-	71.584
Total	<u>-</u>	<u>71.584</u>

15. Demais Obrigações a Curto Prazo

Descrição	<u>2019</u>	<u>2018</u>
INSS	2.378	2.190
IRRF	6.240	6.240
ISS	746	632
Contribuição Sindical – Anual	1.479	1.479
Total	<u>10.843</u>	<u>10.541</u>

16. Provisão para riscos processuais

Para o ano de 2019 o Conselho não foi acionado judicialmente, por este exposto, não temos causas prováveis, tão pouco possíveis que mereçam destaque em Nota Explicativa. Conforme orientado pela NBC TSP 03 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em Reais)

17. Patrimônio Líquido

Descrição	2019	2018
Resultado do Exercício	93.487	314.454
Resultado de Exercícios Anteriores	195.679	289.166
Patrimônio Líquido	<u>289.166</u>	<u>603.620</u>

18. Partes relacionadas

A Entidade em 31 de dezembro de 2019 não possuía coligadas, controladas ou subsidiárias integrais, dessa forma, não há transações com partes relacionadas dessa natureza.

Não há qualquer remuneração ou contraprestação aos Conselheiros e Dirigentes do CAU/MA, tratando-se de cargos honoríficos, em conformidade com o artigo 40, da Lei nº 12.378/2010.

No exercício de 2019 não houve concessão de benefícios de longo prazo pós-emprego, plano de aposentadoria e de rescisão de contrato de trabalho.

19. Variação Patrimonial Diminutiva

Descrição	2019	2018
Remuneração Pessoal	509.773	484.951
Encargos Sociais	160.300	158.073
Benefícios a Pessoal	3.984	915
Uso de Material de Consumo	13.020	14.999
Serviços	418.072	402.007
Depreciação, Amortização e Exaustão	23.444	25.874
Transferências Intergovernamentais	72.791	87.162
Redução a Valor Recuperável e Ajustes para Perdas	97.252	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	-	50
Total	<u>1.303.541</u>	<u>1.174.031</u>

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em Reais)

20. Variação Patrimonial Aumentativa

Descrição	2019	2018
Contribuições Sociais	720.899	632.903
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	393.355	354.168
Juros e Encargos de Mora	18.121	16.447
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas - Financeiras	22.291	24.316
Transferências Intragovernamentais	229.097	350.028
Transferências das Instituições Privadas	7.984	2.450
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	376	108.173
Total	<u>1.392.123</u>	<u>1.488.845</u>

21. Resultados orçamentário, patrimonial e financeiro

Resultado Patrimonial	2019	2018
Variação Patrimonial Aumentativa (Receita)	1.392.123	1.488.485
(-) Variação Patrimonial Diminutiva (Despesa)	(1.298.636)	(1.174.030)
(=) Superávit Patrimonial apurado	<u>93.487,32</u>	<u>314.454,23</u>
Resultado Orçamentário	2019	2018
Receita Orçamentária Arrecadada	1.186.692	1.136.570
(-) Despesas Empenhadas	(1.158.159)	(1.109.494)
(=) Superávit Orçamentário Apurado	<u>28.533</u>	<u>27.076</u>
Resultado Financeiro	2019	2018
Saldo Disponível Apurado	48.590	26.815
(-) Passivo Financeiro	(103.802)	(91.159)
(=) Superávit Financeiro Apurado	<u>(55.212)</u>	<u>(64.344)</u>

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em Reais)

22. Seguros

A Entidade adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados em montantes considerados suficientes pela Administração, levando em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura dos seguros, em valores de 31 de dezembro de 2019, é assim demonstrada:

Item	Tipo de cobertura	Importância segurada
Complexo das atividades	Quaisquer danos materiais a edificações, instalações e máquinas e equipamentos	0,00
Veículos	Incêndio, roubo e colisão para 02 veículos	4.570,96
Responsabilidade civil	Responsabilidade civil	0,00
Lucros cessantes	Não realização de lucros decorrentes de danos materiais	0,00
		4.570,96

23. Relacionamento com os auditores independentes

A contratação dos auditores independentes deu-se pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/BR, órgão central de controle dos CAU/UF, não sendo contratados outros serviços ao não ser os trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis.

24. Eventos subsequentes

Não houve eventos subsequente significativos que pudessem alterar as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2019.

São Luís/MA.